

## Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-082 Versão 7

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

#### **Programa Operacional**

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### **Eixo Prioritário**

Não aplicável

#### **Objetivo Temático**

Não aplicável

#### **Prioridade de Investimento**

Não aplicável

#### **Tipologia de intervenção**

Não aplicável

#### **Plano Estratégico**

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
501668454	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO
<b>Morada (Sede Social)</b>	
AVEIRO	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
3800-115	AVEIRO
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Região de Aveiro	Centro
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
234302493	aida@aida.pt
<b>Telefax</b>	

234302499

**URL**

**Tipologia de Beneficiário**

<http://www.aida.pt>

Associação empresarial (sem fins lucrativos)

**Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

Elisabete Rita

**Telefone Responsável**

234302494

**Cargo Responsável**

Diretora Geral

**Telemóvel Responsável**

969188222

**Serviço/Departamento**

Direção

**Email Responsável**

[e.rita@aida.pt](mailto:e.rita@aida.pt)

**Email Alternativo**

[aida@aida.pt](mailto:aida@aida.pt)

**Experiência da Parceria**

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

Foram constituídas 2 parcerias na Região, a DLBC Rural da Região de Aveiro Norte e Aveiro Sul, as quais integram alguns parceiros comuns e têm a mesma entidade gestora o que permitirá racionalizar a equipa técnica local e aproveitar as sinergias advinentes da representatividade e abrangência territorial NUT III Baixo Vouga.

A DLBC Norte inclui 19 Parceiros ligados ao desenvolvimento local de base rural e recursos específicos do território, com experiência e resultados em políticas públicas de desenvolvimento local e gestão de fundos públicos.

A integração da CIRA e Municípios justifica-se por serem entidades com deveres ao nível da promoção de políticas públicas de desenvolvimento local, empreendedorismo e dinamização do meio rural e urbano, acresce o fato da CIRA ser gestora do Gabinete de Ação Costeira.

A UA como entidade do sistema, científico e tecnológico, exerce uma ação preponderante na especialização do tecido produtivo e qualificação de recursos humanos em áreas como as TICE.

As associações/cooperativas e entidades do sistema financeiro funcionam como meios de informação/sensibilização para a possibilidade de recurso aos fundos existentes e facilitadoras do financiamento de projetos de investimento.

A AFBV, ACRM, ALDA e ABBV surgem por serem estratégicas na dinamização da EDL como principais impulsionadoras e dinamizadoras dos recursos endógenos.

A Portucel-Fábrica de Cacia (produção 320 mil toneladas de pasta branqueada de eucalipto/ano), alavanca investimento privado no eucalipto e gera rendimento alternativo para investidores/autarquias locais que lhe entregam a gestão da floresta possuindo experiência relevante.

As cooperativas agrícolas focar-se-ão na comunicação direta com potenciais beneficiários, apoio a projetos de comercialização de produtos agroindustriais, constituição de mercados locais e cadeias curtas de comercialização para escoamento de produtos.

O IEFP será uma peça chave na implementação da EDL, no apoio ao empreendedorismo e dinamização de políticas públicas de inclusão social.

Existe pois uma parceria diversificada e representativa dos potenciais do território, tendo a mesma sido constituída num processo participado de baixo para cima (Bottom up).

A gestão do GAL será efetuada pela AIDA, que visa defender e representar os interesses socioprofissionais das atividades industriais do distrito de Aveiro, tendo atuação em todo o território da NUT III do Baixo Vouga possuindo cerca de 846 empresas associadas.

É uma pessoa coletiva de reconhecida utilidade pública desde 1993, com 29 anos de experiência na coordenação, promoção e dinamização de projetos cofinanciados por programas nacionais e comunitários. Possui excelentes capacidades técnicas, materiais e financeiras (22 colaboradores, autonomia financeira de 74,5% e resultado líquido do exercício de 34.325,14€ em 2014), cuja experiência de gestão de fundos resulta um montante total gerido através de programas nacionais e comunitários de 14.969.974€ (2007/13).

A AIDA responde à diferenciação estratégica que se pretende dar a esta EDL e que parte do foco da indústria e agroindústria como motor e alavanca para a promoção do desenvolvimento rural do território, considerando que Aveiro tem uma forte especialização industrial em alguns setores de atividade (cerâmica, madeira/papel, metalomecânica, novas tecnologias e agroindústria com a transformação de produtos hortícolas, leite e derivados, produtos da pesca e produção de sal).

A CIRA (integra o órgão de gestão desta parceria) tem experiência na operacionalização de Estratégias de Desenv. Territorial, liderando, desde Julho09, o Grupo de Ação Costeira de Aveiro - Eixo 4 do PROMAR, executando a Estratégia de Desenv. Sustentável da Zona Costeira dirigida às comunidades piscatórias, com funções de organismo intermédio.

Com a AMRia e a GAMA executou projetos de reforço da capacitação institucional da Comunidade e parceiros. O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro - UNIR@RIA foi o 1º instrumento de planeamento de escala supramunicipal aprovado em Portugal.

No QCAIII/ PO Sociedade do Conhecimento-Medida Cidades e Regiões Digitais, participou na gestão do Aveiro Digital 2003/07.

O Programa Territorial Desenvolvimento do Baixo Vouga (2008) criou bases de organização intermunicipal e desenvolvimento regional.

A CIRA possui Equipas Intermunicipais mistas especializadas na gestão de projetos, fato que constituirá uma mais-valia na implementação da EDL.

De realçar a existência de uma parceria entre AIDA, CIRA e UA, que tem resultado no desenvolvimento e implementação de ações que visam o reforço da competitividade e inovação da Região de Aveiro (ex Parceria Territorial de Apoio ao Empreendedorismo de Base Local, enquadrada na Estratégia de programação financeira para o período 2014/20, na Estratégia para o Crescimento e Inovação da Região de Aveiro e no QCIRA 2014/20".

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
506783146	Município de Albergaria-a-Velha	13/02/1835	13/02/1835	84130	Autarquias Locais
501190082	MUNICÍPIO DE ESTARREJA		01/07/2015	84113	Autarquias Locais
506791238	MUNICÍPIO DA MURTOSA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
504433563	Associação Florestal do Baixo Vouga	07/08/1999	31/08/1999	94110	Associação
501668454	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO	16/01/1986	18/07/1986	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502900938	Associação de Criadores da Raça Marinhola	11/05/1992	01/04/1995	94110	Associação
509377092	Portucel - Fábrica de Cacia	14/11/1941	01/07/1953	17110	Indústria
502106131	ALDA - associação da lavoura do Distrito de Aveiro	28/10/1988	28/10/1988	94995	Associação
501071156	Cooperativa Agrícola do Concelho de Ovar, CRL	10/01/1977	01/01/1986	46214	Cooperativa
500335630	Cooperativa Agrícola de Estarreja, CRL	14/11/1974	14/11/1974	47191	Cooperativa
503942154	Associação de Beneficiários de Baixo Vouga	13/02/2015	13/02/2015	94995	Associação
501389059	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga, CRL	01/01/1982	01/10/1982	64190	Instituição de crédito sob a forma de cooperativa
508771935	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	16/10/2008	01/01/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
505931192	MUNICÍPIO DE AVEIRO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501306269	MUNICÍPIO DE OVAR	24/01/1997	28/02/1985	84113	Autarquias Locais
501461108	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	11/08/1973	01/02/1994	85420	Fundações Públicas
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
501393870	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever, C.R.L	30/05/1983	01/07/1983	64190	Instituição de crédito sob a forma de cooperativa

501103813	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	17/02/1979	01/01/1980	64190	Instituição de crédito sob a forma de cooperativa
-----------	---	------------	------------	-------	---

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Região de Aveiro

#### Grupo Ação Local

#### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

#### Situação atual do território

O território de intervenção engloba os seguintes concelhos: Albergaria-a-Velha (todas as freguesias), Aveiro (União de freguesias de Eixo e Eirol, Cacia e S. Jacinto), Estarreja (todas as freguesias), Murtosa (todas as freguesias) e Ovar (todas as freguesias) com uma população total de 132.903 mil habitantes.

Em termos demográficos constata-se que a distribuição geográfica da população apresenta maiores densidades populacionais na faixa litoral, onde se inclui o território DLBC Rural Região de Aveiro Norte constituindo o envelhecimento da população um dos aspetos mais marcantes da evolução demográfica recente.

Os concelhos mais populosos da área de intervenção do presente DLBC Rural são Aveiro e Ovar, salientando-se o crescimento populacional da Murtosa, entre 2001 e 2011, o qual assinala uma variação positiva de 11,92%.

Analisada a densidade populacional do território constata-se ser nos Municípios de Aveiro e de Ovar que se verifica a maior densidade populacional (397,1 e 374,9), sendo a Murtosa o município com menor densidade populacional (144,8 habitantes/Km<sup>2</sup>), verificando-se um aumento generalizado da densidade populacional em todos os municípios no período de referência (2001-2011), cf. INE 2011.

De salientar que este aumento da densidade populacional no território do DLBC Rural Região de Aveiro Norte está em consonância com o aumento verificado na sub-região do Baixo Vouga.

Relativamente ao envelhecimento da população, todos os municípios do território evidenciam um incremento substancial do índice de envelhecimento, sendo Murtosa aquele que apresenta o índice mais elevado.

Já quanto à taxa de variação da população residente por grupos etários, verifica-se que os grupos etários que representam a população mais jovem (0-14 anos e 15-24 anos) sofrem quebras no período de 2001-2011 em todos os municípios.

Os indicadores demográficos por município (ano de 2010) revelam, para Ovar, Murtosa e Albergaria uma taxa de crescimento efetivo anual positiva, em linha com as tendências da sub-região e contrariando as tendências de crescimento negativo da Região Centro e de Portugal.

Ao nível social destaca-se a descida generalizada da taxa de abandono escolar a todos os níveis geográficos analisados, merecendo especial destaque o Município da Murtosa que passou do Município com a taxa de abandono escolar mais elevada, em 2001, para o município com a taxa mais baixa em 2011.

Da análise efetuada à taxa de analfabetismo por sexo, verifica-se que as tendências nacionais e da Região Centro são, igualmente, observados na área de intervenção em análise, possuindo as mulheres taxas de analfabetismo mais elevadas do que os homens.

Igualmente em consonância com a tendência nacional está o desemprego das mulheres, superior ao dos homens, com maior discrepância nos municípios da Murtosa (H 9,4% e M 15,4%) e em Albergaria-a-Velha (H 8,5% e M 12,6%).

Foi também analisada a taxa de população desempregada por nível de escolaridade verificando-se que, em todos os municípios, a maioria dos desempregados são de níveis de escolaridade inferiores, estando na população com o ensino básico as maiores taxas de desemprego que representam em média 60% do nº total de desempregados de cada município com exceção de Aveiro cuja percentagem de desempregados deste nível de escolaridade se situa em 48,88%, cf. INE 2011.

Ao nível das dinâmicas económicas do território (concretamente produtividade e produtividade e coeficiente de especialização nos setores mais relevantes da região) conclui-se após análise que:

- ? A produtividade dos Municípios de Ovar e de Aveiro para o setor agrícola, produção animal, floresta e pesca é superior à produtividade nacional em aproximadamente 20 pontos percentuais;
- ? Nas indústrias transformadoras, dos 5 municípios em análise, 3 possuem produtividade acima da média nacional, concretamente Estarreja cuja produtividade do setor é superior em 62,79%, Aveiro superior em 32,37% e Albergaria em 24,80%;
- ? O setor da construção é o que revela uma produtividade inferior em todos os municípios do território, com exceção de Estarreja cuja produtividade está 20,28% acima da média nacional;
- ? Por ultimo o setor da educação, saúde e apoio social é nos municípios de Albergaria e de Ovar que possui produtividades mais baixas.

Caraterizando o território ao nível da distribuição do nº de empresas por atividade económica constata-se que em Albergaria os setores com maior nº de empresas são o comércio por grosso e a indústria transformadora.

No município de Aveiro constata-se que é o setor do comércio por grosso e a retalho que reúne maior número de empresas instaladas, seguindo-se as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, as indústrias transformadoras e a construção.

Os dados disponíveis relativamente à dimensão média das empresas por setor de atividade indicam que o das indústrias transformadoras é o que se destaca, comparativamente com a Região Centro e o todo nacional. Efetivamente a dimensão média das indústrias transformadoras é em todos os municípios em análise, excluindo a Murtosa, superior à média nacional revelando a importância estratégica e dinamismo deste setor na região.

Relativamente às formas de exploração verifica-se que predominam os produtores por conta própria, os quais representam, no território de intervenção, 97,85% da totalidade das várias formas jurídicas das explorações agrícolas. Estarreja e Aveiro são os municípios onde esta percentagem é maior, sendo esta uma realidade comum a toda a região, cf. INE 2011.

Na análise às formas de exploração verifica-se que predominam os produtores por conta própria. Estes representam, no território de intervenção, 97,85% da totalidade das várias formas jurídicas das explorações agrícolas. Em Estarreja e Aveiro esta percentagem é maior, contudo é uma realidade comum a toda a região.

Nas culturas permanentes das explorações agrícolas do território, destaca-se as explorações de vinha que representam 67,16% do total das explorações, seguindo-se as outras culturas permanentes com 28,29% e em terceiro lugar encontra-se a cultura dos frutos secos que representa 5,24% do total das explorações da área de intervenção.

Quanto à superfície agrícola conclui-se que Estarreja possui maior nº de hectares afetos à atividade agrícola e que a maioria das explorações agrícolas, nos 5 municípios, possui entre 1 Ha a 5Ha e entre 5 Ha e 20 Ha.

No respeitante às culturas temporárias existe grande diversificação dos cultivos, destacando-se a de cereais grão e culturas forrageiras muito ligadas à criação de gado. Existe também cultivo da batata como cultura de subsistência, o que se propicia devido à especificidade dos solos.

A percentagem abrangida pelo nº de explorações da Região corresponde a 12,78% das explorações não permanente do Centro e 4,21% de Portugal.

Da análise da distribuição de produtores agrícolas singulares por grupo etário resulta que a percentagem dos produtores agrícolas singulares se situa na faixa etária dos 55 anos, com especial enfoque na percentagem dos produtores com 65 ou mais anos (40,47%). Já a dos produtores com idades mais jovens fica-se pelos 0, 25%, enquanto na faixa etária entre os 25 e os 34 anos se regista uma taxa de 1,36%.

É evidente o abandono da atividade agrícola, o que se explica por uma conjugação de fatores como a idade avançada dos agricultores e o avanço da intrusão das salinas. Este abandono tem implicações ao nível da redução das culturas permanentes, aumento das pastagens e, consequentemente, no aumento da produção de carne de bovino, com destaque para a vaca marinhoa, e de leite.

Segundo dados do INE, em 2009, uma parte significativa da atividade pecuária a nível nacional encontrava-se na Região da Beira Litoral estando as explorações agrícolas com efetivo animal bem patentes nesta região, destacando-se as de criação de bovinos, suínos e de aves e coelhos.

Os principais cluster a destacar relativos ao segundo setor são:

? Cluster agroindustrial - empresas de produção de leite e derivados, a conservação e transformação de produtos hortícolas e como unidades de pequena transformação (ex. doçaria tradicional com a produção do Pão-de-ló de Ovar e Ovos-Moles de Aveiro).

? Cluster da madeira e do papel - um dos principais pólos a nível nacional, derivado da inserção na maior mancha florestal de eucaliptos do país

? Cluster automóvel - fabrico de carroçarias para autocarros, na fundição de ferro e aço para a indústria automóvel e fabrico de motores e caixas de velocidades, resultando na maior concentração de fabrico de componentes mecânicas para o setor automóvel.

? Cluster dos equipamentos - presença de empresas multinacionais centradas nos equipamentos para uso doméstico, hotelaria e restauração;

No território encontra-se, ainda, a segunda mais importante plataforma química pesada do país, localizada em Estarreja.

No terceiro setor, analisou-se a capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros concluindo-se, dos dados do INE 2011, que a capacidade de alojamento por tipologia de estabelecimento nos municípios é manifestamente superior em Aveiro, Ovar e Murtosa. Estarreja e Albergaria têm também alguma capacidade de alojamento sendo a mesma, porém, bastante inferior à de Aveiro.

Tendo em conta que Aveiro e Ovar são os municípios com maior nº de camas e com maior oferta hoteleira, são também eles que ocupam lugar de destaque no nº de dormidas. Assim, no ano 2013 Aveiro atingiu 191.785 dormidas, seguindo-se Ovar com 53.849 dormidas.

No que diz respeito à proporção de hóspedes estrangeiros concluiu-se que a proporção de hóspedes estrangeiros que visitaram a região de Aveiro, em 2013, é inferior à nacional, razão pela qual a EDL definida para o território se propõe efetuar uma maior promoção externa de modo a, não só, atrair hóspedes estrangeiros mas também aumentar o número de camas.

Assim, e no âmbito do GAL, será possível potenciar o aparecimento de novas unidades de turismo em espaço rural, considerando que podem beneficiar de apoios a fundo perdido para a realização dos investimentos, o que será importante para aumentar e melhorar a oferta deste território no que se refere ao turismo em espaço rural.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

### **Principais Ameaças**

Capacidade de atração de novas populações pelo prestígio da universidade e da sua incubadora  
Território com gestão integrada na CIRA  
A reinvenção de gastronomia  
Incremento de cariz mundial na procura do turismo de natureza  
Promoção da investigação, inovação e internacionalização  
Explorações agrícolas disponíveis para novas atividades por abandono de explorações leiteiras  
Aproveitamento das tecnologias para rentabilizar o negócio da biomassa  
Riqueza do património natural e Biodiversidade  
Disponibilidade da população que se aposenta para se dedicar à agricultura  
Plataforma Tecnológica da Floresta da Universidade de Aveiro  
Parque de Ciência e Inovação, em fase de desenvolvimento  
Procura pelo mercado de produtos artesanais de qualidade e com identidade  
Capacidade de cooperação interinstitucional já

### **Principais Pontos Fortes**

Território com boa localização geográfica  
A Gastronomia da Região  
Reserva natural das dunas de São Jacinto  
Identidade e coesão territorial  
Crescimento demográfico  
Cultura forte de empreendedorismo  
Dinamismo industrial, inovação e capacidade exportadora  
Existência de centros I&DT com competências relevantes para o setor rural  
Tradição cultural fortemente enraizada  
Oferta regional de equipamentos sociais  
Diminuição da taxa de abandono escolar  
Aumento do nível de escolaridade  
Taxas de emprego acima da média dos valores da CIRA e da Região Centro  
Procura turística associada aos elementos naturais e culturais  
Restauração empenhada na comercialização e promoção de produtos de origem  
Forte cultura de cooperação intermunicipal e interinstitucional  
Histórico de atividade do Grupo de Ação Costeira

### **Desafios e Fatores Críticos de Sucesso**

Erosão costeira que elimina praias  
Centralismo político e da administração pública  
Forte promoção das regiões vizinhas  
Modelo de desenvolvimento standard  
Continuação do desemprego jovem e incremento emigração sobretudo dos mais competentes  
Fim das quotas leiteiras  
Regiões vizinhas mais atraentes para empreendedores  
Tendência de envelhecimento da população  
Impacto das alterações climáticas no território

### **Principais Pontos Fracos**

Falta de parque estacionamento junto às praias  
Ausência de dique para proteger o Baixo Vouga Lagunar  
Envelhecimento da população  
Baixa natalidade  
Analfabetismo elevado  
Desemprego jovem  
Falta de valência de lar de idosos e creches,  
Falta de capacidade de alojamento/  
estabelecimentos hoteleiros  
Falta de apoios e incentivos  
Insuficientes infraestruturas e pouca expressão da pequena indústria  
Falta de iniciativa e atitude de desempregados  
Exígua animação permanente  
Baixos níveis de formação  
Inexistência de uma aposta na internacionalização da Região  
Problemas de exclusão social  
Aumento da população dependente de rendimento social de inserção  
Disparidade no ganho médio entre sexos  
Taxa de desemprego alta para população com nível de escolaridade equivalente ao ensino secundário



Com a elaboração da síntese de diagnóstico do território e na tentativa de enquadrar as linhas estratégicas em que deveria assentar a estratégia de desenvolvimento local, nomeiam-se os fatores críticos:

- Coerência entre regulamentação e aplicação dos programas de apoio europeus
- Coordenação e coerência entre POR e POT nas regras para diferentes tipologias de projetos/promotores
- Envolvimento e cooperação entre os agentes do território e diferentes níveis de decisão
- Articulação efetiva entre as DLBC Rurais e Costeira da Região de Aveiro e EIDTR
- Envolvimento dos atores relevantes na implementação da estratégia (promover modelos de participação)
- Calendarização rigorosa das ações
- Atração de entidades e investimento privado e projetos inovadores
- Compromisso dos promotores na boa e rápida implementação das operações financiadas
- Foco na obtenção de resultados (monitorização dos projetos em curso)
- Coordenação e integração de investimentos
- Monitorização e reavaliação constante da estratégia
- Qualificação ambiental e do território enquanto fatores de valorização da Região
- Competência de liderança política e de gestão técnica da estratégia
- Promover a atratividade e competitividade do território (melhoria das condições de vida e bem-estar social da população)
- Qualificar e requalificar profissionalmente os recursos humanos (adequação da procura com a oferta)
- Apoiar a atividade por conta própria, empreendedorismo, criação e modernização de micro e pequenas empresas
- Estimular projetos de inclusão ativa e inovação social (novas respostas aos desafios da coesão social)
- Criar condições para a transformação local de produtos de origem animal e vegetal
- Promover a qualificação (certificação) e valorização comercial dos produtos locais
- Apoiar os setores de produção leiteira, hortícolas e outras culturas tradicionais
- Promover a floresta numa perspetiva de utilização múltipla e redução do risco de incêndio
- Estimular a criação de cadeias curtas de comercialização e consumo local dos produtos da região
- Formar e envolver a população para a valorização dos recursos, preservação do ambiente e conservação da natureza
- Promover a eficiência energética
- Melhorar a organização dos agentes de desenvolvimento do território em fileiras e clusters
- Valorizar os recursos naturais e patrimoniais transformando-os em recursos turísticos.

O grande desafio desta DLBC materializa-se no crescimento económico (criação de emprego e fixação de população); social (qualificação, bem-estar e qualidade de vida das populações); ambiental (preservação dos recursos naturais e biodiversidade do território). Desafios que estão em consonância com as prioridades estratégicas do ciclo de programação comunitária: a aposta no crescimento e inovação, utilização eficiente dos recursos e a criação de mecanismos de emprego e inclusão, promovendo, concertadamente o crescimento económico, emprego, sustentabilidade ambiental e sociedades mais equilibradas e inclusivas. O território desta DLBC tem potencialidades que passam por saber explorá-las e aproveitar-las pois é um território com características multifacetadas em que o rural e o urbano se complementam, tem áreas classificadas, ambiente e conservação da natureza, e um leque de recursos agrícolas, naturais, culturais e patrimoniais.

É com base nestas grandes forças e potencialidades desta região que os agentes económicos e institucionais devem construir as oportu

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

Considerando a caracterização e especificidades do território alvo do presente DLBC Rural, os desafios enunciados e os resultados extraídos do diagnóstico e os princípios orientadores do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR) 2014-2020 e da Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro (EDTRA) 2014-2020, pretende-se para o horizonte temporal 2020 tornar a Região de Aveiro numa região inclusiva, sustentável e com qualidade de vida, apostando, para tal, no conhecimento, empreendedorismo qualificado e inovador, na atratividade do território e aproveitamento dos seus recursos.

Assim, o grande objetivo da Estratégia de Desenvolvimento Rural Local (EDL) para o DLBC Rural da Região de Aveiro Norte, passa por “Promover o desenvolvimento socioeconómico do território e a qualidade de vida, de forma integrada e participada, em articulação com a preservação do património ambiental e cultural”.

Pretende-se, pois, “Criar Valor para Atrair, Preservar e Desenvolver”, nos territórios rurais selecionados, contribuindo para a prossecução dos objetivos estratégicos da EDTRA 2014-2020 de promoção da qualidade de vida e da atratividade do território, mas também os objetivos estratégicos de criação dum contexto favorável ao empreendedorismo e construção de mecanismos de boa governação.

Pretende-se, igualmente, dar resposta a alguns dos desafios definidos no âmbito do Horizonte 2020, designadamente as questões da segurança alimentar e agricultura sustentável, das sociedades inclusivas, inovadoras e seguras, da saúde, alterações demográficas e bem-estar, da ação climática, eficiência nos recursos e matérias-primas e da energia segura, não poluente e eficiente.

A presente Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) assenta no princípio de “Promover o desenvolvimento socioeconómico do território e a qualidade de vida, de forma integrada e participada, em articulação com a preservação do património ambiental e cultural” tendo quatro grandes objetivos:

1. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações;
2. Promover a criação/desenvolvimento de micro e pequenas empresas e a criação de emprego;
3. Promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território, conciliando preservação do ambiente, conservação e proteção dos recursos locais e desenvolvimento socioeconómico;
4. Potenciar o trabalho em rede, promovendo parcerias entre os diferentes tipos de agentes com responsabilidades na dinamização e gestão do território.

De acordo com a EDTRA 2014-2020 e com a estratégia de especialização inteligente adotada, as áreas de especialização regional identificadas com potencial de crescimento suportado pela inovação e o conhecimento local são o Mar e a Ria, o setor Agroalimentar e Florestal, os Materiais e as Tecnologias de Informação. A presente estratégia de desenvolvimento local contribui para a estratégia de especialização inteligente adotada dando especial enfoque, em termos de áreas de especialização regional, ao potencial produtivo e turístico proporcionado pelos recursos Mar e Ria e setor Agroalimentar e Florestal, sem esquecer o equilíbrio ambiental, a utilização eficiente dos recursos do território e da energia e a inclusão social.

À semelhança de qualquer território, a estratégia de desenvolvimento local deve assentar na valorização (incorporando conhecimento e inovação) dos seus recursos singulares e que são:

1. Os produtos agrícolas e agroalimentares de qualidade;
2. A floresta potenciada numa perspetiva de uso múltiplo de produção, conservação e lazer;
3. O património natural e paisagístico (a Ria de Aveiro), arqueológico, arquitetónico e etnográfico e gastronómico (doçaria tradicional de que são exemplo os ovos-moles de Aveiro), os pratos de peixe (bacalhau e enguias).

Efetivamente esta estratégia de desenvolvimento local visa promover o desenvolvimento do território, a partir da valorização dos seus recursos, em particular os valores paisagísticos e patrimoniais, a ruralidade, os sistemas de agricultura, os produtos agroalimentares locais, com qualidade e identidade própria, e a floresta e a caça, que podem ser aproveitados para o turismo e a recreação, em estreita ligação com a preservação do ambiente e a conservação da natureza e do património.

Mais detalhadamente a estratégia de desenvolvimento local tem como objetivos específicos:

1. Reforçar a viabilidade e competitividade das explorações agrícolas e outras empresas e serviços locais, apoiando a sua modernização, a introdução de práticas inovadoras, a diversificação de atividades, a utilização eficiente de energia e uma maior orientação para o mercado;
2. Promover a oferta de produtos e serviços locais de qualidade, que incorporem valor acrescentado por via da transformação e qualificação;
3. Promover a qualificação (certificação) e valorização comercial dos produtos locais;
4. Promover a diversificação de atividades, incluindo a transformação de produtos agroalimentares, os serviços de apoio e inclusão social e as atividades turísticas;
5. Desenvolver os mercados locais e a comercialização/consumo local e os circuitos curtos de abastecimento;
6. Promover a integração e a organização dos agentes económicos, institucionais e a população em fileiras setoriais e territoriais;
7. Promover a gestão sustentável da floresta e a sua utilização múltipla;
8. Melhorar a produtividade dos povoamentos florestais;
9. Promover a qualificação e preservação dos recursos naturais e patrimoniais do território;
10. Valorizar o potencial turístico do património cultural e natural local, promovendo a criação e o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo rural, cultural, de natureza, náutico e gastronomia;
11. Contribuir para a preservação da biodiversidade, para a redução dos riscos de incêndio e para a eficiência energética;
12. Promover o empreendedorismo empresarial e social;
13. Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais por parte das populações

locais;

14. Melhorar a formação para o empreendedorismo, a formação e a requalificação profissional e a consciencialização para a preservação ambiental e patrimonial;

15. Promover a notoriedade do território de abrangência e dos seus espaços rurais e naturais.

16. Promover a cooperação interterritorial e transnacional.

Estes objetivos vão ao encontro das prioridades definidas pelo FEADER para o Desenvolvimento Rural (e para as EDL), pelo FEDER e pelo FSE.

Desta forma, para a presente DLBC definiram-se Eixos de Intervenção Prioritária, que a EDL pretende dar resposta, tendo em vista alcançar as metas propostas, de acordo com a seguinte tipologia de Medidas dos Programas:

Eixo A – Produtos e Serviços Locais de Qualidade, que assenta em 5 tipologias de Medidas, a saber:

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização;
- Pequenos investimentos na transformação e comercialização
- Diversificação de atividades na exploração
- Cadeias curtas e mercados locais
- Promoção de produtos de qualidade locais

Eixo B – Floresta, Ambiente e Eficiência Energética, que assenta nas seguintes tipologias:

- Pequenos investimentos na transformação e comercialização;
- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Património natural - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Eixo C - Turismo, Gastronomia e Património, que agrupa as seguintes medidas:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Património cultural -Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.
- Património natural - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.
- Renovação de aldeias (em territórios rurais)

Eixo D - Inclusão social e qualidade de vida, que apresenta a Medida:

- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Eixo E - Empreendedorismo e Formação, que identifica as seguintes tipologias de Medidas:

- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas
- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

Em resumo, esta Estratégia de Desenvolvimento Local é resultado:

? da caracterização do território e diagnóstico realizado que permitiram evidenciar os fatores-chave distintivos do território;

? do alinhamento com as orientações estratégicas europeias, nacionais e regionais, ao identificar as prioridades já estabelecidas às diversas escalas:

? de se assumir e reconhecer o potencial do conhecimento e da inovação como 'motor' do desenvolvimento da Região

? da auscultação e participação de um conjunto de atores regionais, nomeadamente os que fazem parte da parceria.

### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

A promoção da participação ativa dos atores territoriais (in)diretamente relevantes e pertinentes para a boa implementação da EDL encontra-se sustentada nas dinâmicas territoriais já existentes no território, designadamente ao nível da construção e implementação dos demais instrumentos de gestão territorial existentes, as quais incluem o forte trabalho em rede entre as várias entidades e o aproveitamento dos recursos (comunicacionais e outros) de cada uma.

A construção da presente EDL assenta na referida participação ativa de todos os stakeholders do território, designadamente sociedade civil, administração pública, empresas, associações empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico, os quais foram envolvidos no processo desde o estabelecimento da parceria, à delimitação do território e sua caracterização e elaboração do diagnóstico estratégico e estratégia macro da EDL com definição dos eixos prioritários para o território.

Nesse sentido, e na fase de pré-qualificação, houve contatos, coletivos e individuais, tendo sido elaboradas fichas de caracterização do território, e dos diversos agentes territoriais cuja visão até 2020 foi auscultada. Neste processo identificaram-se as entidades a envolver formalmente na parceria, com o objetivo de que toda a comunidade possa contribuir para a definição da estratégia de desenvolvimento local, reconhecendo-se na mesma e permitindo que vá ao encontro das suas necessidades concretas

Na fase de elaboração da EDL foram recolhidos contributos de todos os parceiros tendo sido identificados os interesses representados, com relevância para o desenvolvimento da Região. A EDL apresentada foi, pois, validada pelo colégio dos parceiros representativos dos atores territoriais acima elencados.

Foram realizadas várias reuniões de trabalho para auscultação dos referidos parceiros e uma reunião geral dos parceiros das DLBC Rural Aveiro Norte, Sul e DLBC Costeira, visando alcançar uma estratégia coerente e consensual, que aproveite todos os recursos existentes no território

A intervenção dos atores regionais será incentivada, igualmente, ao longo da implementação da EDL, designadamente ao nível do órgão de gestão o qual integrará uma comissão de acompanhamento composta por todos os parceiros a qual terá funções consultivas, conforme melhor será explanado no campo referente ao modelo de governação que se pretende inclusivo e representativo de todos os stakeholders.

A participação dos atores territoriais verificar-se-á, igualmente, na dinamização, avaliação e divulgação de resultados da EDL estando previstos vários mecanismos para o efeito, designadamente:

? Reuniões da comissão de acompanhamento para apresentar o ponto de situação da EDL e colocar sob apreciação assuntos relacionados com a mesma

? Produção conjunta (pelos vários parceiros) de documentos, sempre que sejam solicitadas pela Autoridade de Gestão informações sobre a evolução da EDL

? Análise conjunta dos vários parceiros sobre a evolução dos indicadores de execução

? Plataforma (Blog, facebook, web site) para apresentação, discussão e recolha de sugestões da comunidade, divulgação de fontes de financiamento e facilitação da elaboração de candidaturas

? Participação ativa do território em redes de cooperação

A equipa técnica do Gabinete de Ação Local, sob Supervisão da Entidade Gestora, estará em contato permanente, com parceiros e outros agentes locais; privilegiando-se as deslocações ao terreno para uma comunicação assertiva.

### **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

A EIDT 2014-2020 é uma peça central no posicionamento da Região de Aveiro no atual período de programação financeira e na identificação das opções estratégicas a prosseguir. Este documento, ao identificar as ações, as orientações estratégicas e os desafios de políticas públicas num quadro comum a toda a Comunidade Intermunicipal relativo aos investimentos respeitantes ao próximo período de programação financeira 2014-2020, procura traduzir o que serão as prioridades desta Região e, conseqüentemente, do território abrangido pelo presente DLBC.

Para a Região de Aveiro este quadro de referência vem possibilitar um passo seguinte na criação de uma região mais coesa, mais inovadora e competitiva. O desafio da promoção da competitividade, do emprego e da internacionalização da sua economia, realizado de forma sustentável e garantindo a coesão social só é

possível através de uma aposta clara nas ações articuladas e complementares de formação, promoção do emprego, da capacitação e requalificação profissional.

O Plano de Ação da EIDT 2014-2020 reflete uma articulação de esforços para fazer face aos desafios que a Região enfrenta e aos objetivos estratégicos que pretende atingir neste período. A apresentação de uma orientação comum, intermunicipal e interinstitucional representa um esforço significativo de articulação de prioridades e instrumentos de políticas públicas no sentido de identificar ações que contribuam para a visão regional e para os objetivos estratégicos que se procuram atingir. A missão, que traduz a aposta da Região no conhecimento, no empreendedorismo e na atratividade do seu território, procura, traduzir aqueles que serão os instrumentos preferenciais a privilegiar e os objetivos a atingir.

A centralidade do conhecimento e da inovação apresentadas na EDT vem reforçar as condições para o cumprimento das metas estabelecidas. Os Centros de Transferência de Conhecimento vêm dotar a região de um conjunto significativo de estruturas de apoio às atividades económicas, sociais e culturais e estabelecem as condições para a consolidação de um sistema de inovação regional – aspeto central na especialização inteligente.

Esta EDL rural encontra-se em estreita articulação com os diversos instrumentos e estratégias diretamente relevantes para o território de atuação definido. A presente demonstração de coerência e articulação procura evidenciar, através de uma síntese multinível, não só o necessário alinhamento estratégico como, em grande medida, uma natural relação com todos os elementos.

Importa referir que tanto na elaboração da estratégia regional no âmbito da Região Centro, para a qual alguns dos atores determinantes do desenho e implementação da presente EDL colaboraram, como, em particular, no longo processo de elaboração da EIDT, o envolvimento dos referidos agentes foi total e decorreu em todas as fases. Assim, quer pelo alinhamento do conteúdo estratégico, quer pelas entidades envolvidas na elaboração dos vários instrumentos, a coerência e articulação da presente EDL com todas as estratégias de escala superior está assegurada;

Outro fator a sublinhar, para este alinhamento, resulta da garantia de que a sua implementação futura venha a assegurar que a mesma não se restringe apenas a esta coerência no desenho estratégico, mas também no acompanhamento e gestão dos respetivos instrumentos.

No âmbito da presente EDL Rural, os setores Agroalimentar e Florestal apresentam condições extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento. O território em causa é particularmente diverso, e é, numa parte significativa, constituído por terrenos com elevado potencial agroalimentar. O conjunto de atividades económicas desenvolvidas neste setor, o reconhecimento de um conjunto de produtos alimentares distintos, com a certificação de alguns deles, a importância de algumas fileiras como a dos frutos vermelhos, e as condições naturais, criam um conjunto de desafios significativos e com forte potencial de criação de riqueza. Quanto ao setor Florestal, tendo em conta as competências instaladas no Sistema de C&T, bem como o seu potencial de articulação com a atividade turística e de empreendedorismo, identifica-se um conjunto significativo e diverso de áreas com elevado potencial de especialização e que, devidamente articuladas com um programa regional de competitividade e inovação, possibilitarão a criação de emprego e de riqueza. Salienta-se, o facto de metade do território ser florestal, a presença de setores industriais relevantes, como o das indústrias de base florestal, altamente exportadoras, de elevado valor acrescentado nacional e responsável por elevado volume de emprego, o potencial de inovação associado à fileira florestal e da biomassa.

Para além destes elementos de articulação, o território está já a promover uma estratégia coordenada de utilização dos diferentes instrumentos de financiamento, focada no desenvolvimento económico, no fortalecimento do setor privado, na criação de novas empresas inovadoras, com elevado grau de inclusão de conhecimento nas suas cadeias de valor, e na empregabilidade, com uma componente importante associada à inclusão no mercado de trabalho. Este Programa Regional para a Inovação, Empreendedorismo e Emprego resulta da continuidade da estratégia definida no programa quadro anterior, dos investimentos e objetivos de estruturas já implantadas, nomeadamente através da rede de incubadoras regionais (IERA) e da atividade futura do Parque de Ciência e Inovação. Este programa de desenvolvimento para a valorização da inovação e do empreendedorismo adota uma visão transversal em busca de sinergias e complementaridades entre parceiros e ações dos setores público, privado e terceiro setor, com o objetivo de otimizar o valor acrescentado económico e social gerado pelos recursos públicos. É esta estratégia regional que garante a articulação dos instrumentos setoriais, nomeadamente o que resulta da presente DLBC Rural.

É importante, sublinhar que a operacionalização desta estratégia regional multifundos depende, do sucesso das respetivas candidaturas. No entanto, a sua implementação é igualmente relevante. Assim, como se explicitará no modelo de governação, procurar-se-á levar a cabo um plano de promoção e comunicação único aos diferentes instrumentos territoriais na Região, que identificará e calendarizará as diferentes ações para os públicos-alvo específicos, alinhando os calendários dos respetivos concursos, promovendo metodologias de análise de candidaturas e de acompanhamento da execução de projetos similares.

garantindo a monitorização e avaliação da execução da Estratégia Regional. Neste modelo de governação os serviços de proximidade ao território são fundamentais.

Tendo em consideração a já referida coincidência da definição das estratégias nacional, regional e da região de Aveiro, julgamos estar fundamentado o alinhamento entre as prioridades nucleares e os eixos de atuação da presente EDL com as estratégias regional, nacional e europeia.

## Programa de Ação e Investimentos

### Programa de Ação

#### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, o DLBC Rural Região de Aveiro Norte apresenta seis Eixos Estratégicos fundamentais, quatro com características setoriais e dois de caráter transversal: EIXO A – Produtos e Serviços Locais de Qualidade EIXO B – Floresta, Ambiente e Eficiência Energética EIXO C – Turismo, Gastronomia e Património EIXO D – Inclusão Social e Qualidade de Vida EIXO E – Empreendedorismo e Formação EIXO F – Governação e Capacitação Institucional: Gestão, Monitorização, Avaliação, Cooperação e Comunicação. Seguidamente enumeram-se para cada um os principais resultados a atingir: Eixo A- Produtos e Serviços Locais de Qualidade tem como foco principal a valorização dos produtos e serviços de qualidade locais apoiando as explorações agrícolas, as empresas e as fileiras a introduzir práticas inovadoras na produção, transformação e ligação aos mercados e a diversificar atividades, respeitando sistemas e práticas sustentáveis, valorizando os recursos locais na dupla perspetiva da sua viabilidade socioeconómica e da preservação do património local. Neste sentido, o lançamento de iniciativas de valorização dos produtos locais visa dois objetivos centrais: 1) criar autoemprego e revitalizar a economia local; 2) preservar a tipicidade dos produtos laborados, a diversidade e a riqueza da paisagem e o ambiente, variáveis que constituem fatores de competitividade do território. A valorização dos produtos seguirá, essencialmente, duas estratégias: 1) o aproveitamento de mecanismos formais e institucionais de valorização tais como as Denominações de Origem Protegidas (DOP) ou a Indicação Geográfica Protegida (IGP) entre outras; 2) a valorização pela intervenção ao nível da fileira dos produtos, ou seja, pela implementação de um conjunto de ações melhoradoras do seu perfil de qualidade e orientadas para: i) a dinamização da transformação local dos produtos; ii) a aproximação dos produtos ao mercado (diversificação de circuitos e canais de comercialização, compromisso com a qualidade, eventos de promoção e venda direta); iii) melhoria da comunicação e promoção (marca e imagem associada ao território); iv) organização da oferta de produtos (oferta integrada de produtos agrícolas e agroalimentares, artesanato, turismo, ambiente e património cultural). Eixo B - Floresta, Ambiente e Eficiência Energética tem como foco principal a valorização dos recursos florestais, a preservação da natureza e a eficiência energética apoiando as empresas/fileiras a introduzir práticas inovadoras e a diversificar atividades, permitindo a conservação do património natural e ecológico e a sua valorização económica. O desenvolvimento de ações e projetos no âmbito deste eixo contribuirá para: - Reforçar a viabilidade e competitividade das explorações agrícolas e outras empresas locais, apoiando a sua modernização, a introdução de práticas inovadoras, a diversificação de atividades, a utilização eficiente de energia e uma maior orientação para o mercado; - Promover a gestão sustentável da floresta e a sua utilização múltipla; - Promover a qualificação e preservação dos recursos naturais e patrimoniais do território; - Contribuir para a preservação da biodiversidade, para a redução dos riscos de incêndio e para a eficiência energética. Eixo C - Turismo e Património apresenta como foco principal o desenvolvimento da oferta turística e de restauração e a diversificação de produtos e motivos de interesse para a exploração turística, incluindo a requalificação de elementos patrimoniais do território. Em matéria de promoção e oferta turística, o desafio para a DLBC RA Norte consiste em desenvolver uma oferta estruturada, distintiva e inovadora, apoiada na valorização das condições naturais e culturais do território e na diversidade concentrada de recursos com interesse turístico. No que concerne ao Eixo D - Inclusão Social e Qualidade de Vida visa-se a produção de efeitos corretivos e preventivos, gerados pelo aumento da dinâmica institucional, com vista à melhoria das condições de vida das populações e promover a atratividade do território. Pretende-se, assim, i) desenvolver, melhorar e apoiar os cuidados de saúde destinados à população em geral; ii) melhorar as condições de habitabilidade e conforto das localidades; iii) permitir o acesso da população às tecnologias de informação; iv) desenvolver e melhorar o apoio social destinado, especificamente, às crianças e idosos; e, v) aumentar a capacidade de inclusão social face a situações de risco e de exclusão. Deve ainda ser enfatizado que muitas das ações que podem ser desenvolvidas no âmbito deste eixo permitem a criação de postos de trabalho para a população ativa, contribuindo para a

fixação das pessoas e a melhoria das condições de vida. O desenvolvimento de ações e projetos no âmbito deste eixo contribuirá para promover a inclusão social, a redução da pobreza e o acesso a serviços sociais por parte das populações locais. Eixo E - Empreendedorismo e Formação visa promover e implementar um plano de ação de apoio ao empreendedorismo, através do apoio aos micro e pequenos agentes económicos com vista ao aumento da competitividade das suas empresas e fomentando a criação de condições que estimulem o empreendedorismo e a inovação, potenciando condições para uma economia local dinâmica, reforçando a criação de emprego, através de: pequenos investimentos na agricultura, pequenos investimentos na agroindústria, diversificação de atividades na exploração agrícola, cadeias curtas de comercialização e mercados locais, criação e desenvolvimento do auto emprego e microempresas. Propõe-se ainda a promoção do empreendedorismo através da dinamização de bolsas de terras municipais, para o que a presente estratégia de desenvolvimento local prevê que a equipa de animação possa assessorar os proprietários para disponibilizarem os terrenos para a bolsa, fazendo igualmente a sua divulgação no sentido de motivar os jovens e outros agentes da região. Este instrumento de desenvolvimento rural é muito importante para melhorar a escala das dimensões agrícolas e instalar jovens agricultores. Com o Eixo F - Governação e Capacitação Institucional: Gestão, Monitorização, Avaliação, Cooperação e Comunicação pretende-se assegurar a existência de uma estrutura de gestão e equipa técnica dedicada e unicamente preocupada com a implementação da EDLBC. De modo a que a estratégia de desenvolvimento local aprovada para o território para o território de influência possa ver as suas ações implementadas, as questões relacionadas com a definição do modelo de gestão e governança são de extrema importância pelo que se delineou uma estrutura organizativa de gestão que, no futuro, assumirá a animação, implementação, monitorização e avaliação da estratégia de desenvolvimento local compreende e se decompõe em : Parceria, Órgão de Administração, Comissão de Acompanhamento e Equipa Técnica Local.

#### **Definição da estratégia de desenvolvimento local**

O DLBC visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, a qual se pretende seja focada no empreendedorismo, de modo a dar resposta aos elevados níveis de desemprego e crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, revitalização dos mercados locais e sua articulação com territórios mais amplos. O DLBC assenta também, e de forma geral, na diversificação das economias locais, estímulo à inovação social e procura de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios urbanos desfavorecidos e em territórios rurais/costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. A EDL promovida pelo DLBC RA Norte tem em consideração o anteriormente referido e enquadra-se nas agendas acordadas ao nível europeu e nas opções estratégicas de base territorial desenvolvidas e estabelecidas no quadro nacional da política de ordenamento do território, bem como dos planos de ação regionais 2014-2020. Os novos desafios colocados ao nível regional e sub-regional no horizonte 2020 em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, sustentabilidade energética, promoção de uma sociedade mais inclusiva ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam necessário reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. A EDL que se apresenta para o DLBC RA Norte tem por referência o paradigma integrado e participado de abordagem do desenvolvimento territorial e local descrito. A participação e envolvimento dos gestores e agentes do território, empresas, entidades e instituições, de algum modo envolvidas, e das comunidades locais nas ações a realizar são, como referido, dimensões essenciais para garantir o êxito de qualquer estratégia de desenvolvimento local, programa de desenvolvimento ou programa de ação, como o que se pretende implementar no território alvo desta DLBC. Se o envolvimento dos diferentes stakeholders é essencial para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento local ajustada às forças e fraquezas, oportunidades e ameaças de um dado território, o sucesso final de estratégia depende também da criação de mecanismos de participação das comunidades locais ao longo de todas as etapas de concretização da estratégia e de implementação. Cultivar uma abordagem participativa em permanência garantirá: ? Atualizar o diagnóstico socioeconómico e a monitorização das medidas compensatórias ? Envolver líderes e atores locais institucionais, (públicos e privados), mas também pessoas, a título individual, e as comunidades, no processo de avaliação e monitorização dos eixos estratégicos, medidas, ações e projetos ? Garantir a natureza participada na procura de informação e na análise dessa informação ? Potenciar o trabalho em rede, promovendo parcerias entre os diferentes tipos de agentes com responsabilidades na gestão do território A organização da parceria, através da Entidade Gestora, Comissão de Acompanhamento e equipa técnica local pretende desenvolver contatos presenciais permanentes, promovendo análises participadas, intercâmbio de experiências, capitalização de boas práticas, reforço de mecanismos de governança e construção coletiva de soluções. Para o efeito será essencial o exercício de explicitação do sentido das necessidades comunitárias, dos seus interesses, utilizando para o efeito abordagens participativas que facilitem a aprendizagem, individual e comunitária. O trabalho de obtenção da informação necessária, diagnóstico, avaliação e monitorização dos projetos e ações passará pelo contacto direto e envolvimento da entidade gestora do DLBC, com os diferentes gestores do território e comunidades locais. Nesse sentido está prevista a: ? Criação de grupos de discussão sectoriais a realizar localmente, que incluirão interlocutores ligados às principais atividades económicas e sociais do território. ? Realização de grupos de discussão com stakeholders locais, no sentido de facilitar a observação das dinâmicas de desenvolvimento integrado do território, suas dinâmicas demográficas, económicas e sociais e dos dispositivos locais de governança existentes (ou potenciais). ? Realização de reuniões comunitárias com vista à apresentação, validação de resultados e construção de matrizes de avaliação, mobilizando, por um lado, facilitadores especialistas e, por outro, a comunidade, através dos seus líderes comunitários e poderes institucionais. Estas reuniões permitirão acompanhar mais de perto a dinâmica do território os resultados preliminares da implementação de ações e projetos, bem como discutir estratégias de superação de eventuais constrangimentos e bloqueios ao DLBC.

## Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	



99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	182,96	457,40	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	17,00	137 220,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	16,00	40,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,17	0,42	137 220,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	32,00	80,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,04	0,11	137 220,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	308,18	770,44	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	7,00	346 699,80€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	6,00	14,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,06	0,15	349 699,80€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	67,38	168,46	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	75 806,10€

99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	4,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,04	75 806,10€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	50,00	125,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	4,00	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	4,00	10,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,04	0,10	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	8,00	20,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,01	0,03	37 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	169,47	423,67	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	127 101,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,03	0,06	127 101,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	10,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,01	0,01	127 101,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Despesa Pública	80,59	201,47	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	90 662,40€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	2,00	4,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,02	0,05	90 662,40€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	<p>a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural.</p> <p>b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, sinalética, trilhos, estruturas de observação e relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes comunicação e divulgação.</p>	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	250,00	626,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,20	0,78	50 564,24€
--	-------	--	--	--------	--------	--	------	------	------------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	15,00	Postos de trabalho criados	8,00	21,00	575 000,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	21,00	52,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	886 687,43€

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	<p>a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural.</p> <p>b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, sinalética, trilhos, estruturas de observação e relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes comunicação e divulgação.</p>				Efeito multiplicador público no investimento privado	0,00	2,00	0,00€
--	-------	--	--	--	--	--	------	------	-------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas			Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	0,00€
--	-------	---	--	--	--	------	------	-------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local 6c* a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas	Estratégias	1,00	1,00				0,00€
--	-------	---	-------------	------	------	--	--	--	-------

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	1 934 799,60€
FEDER	625 564,24€
FSE	886 687,43€
<b>Total</b>	<b>3 447 051,27€</b>

### Pressupostos



A-INVESTIMENTO O Plano apresentado teve por base os valores aprovados por fundo, a saber: FEADER – 1 931 799,60€ FSE – 886 687,43€ FEDER - 625 564,24€ Para o cálculo da despesa pública associada a cada tipologia de acção, utilizou-se a taxa de incentivo divulgada para os DLBC, aplicada ao respectivo investimento médio elegível, com a seguinte metodologia: -FEADER Regime Simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – investimento médio nos projectos apresentados na região de Aveiro na medida 112 do Proder, - despesa pública média-11.435,00-40 projectos Pequenos investimentos na transformação e comercialização - investimento médio nos projectos apresentados na região de Aveiro nas medidas 111 - C2 do Proder, com ajustamento de 3% 1-Pequenos investimentos na exploração agrícola - despesa pública média-57.496,00- 8 projectos 2- Pequenos investimentos na transformação e comercialização - despesa pública média- 51.746,00 – 6 projectos Diversificação de atividades na exploração -investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 311 do Proder, com ajustamento cerca de 1% - despesa pública média-42.114,50 – 4 projectos Promoção de produtos de qualidade locais -investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 142 do Proder - despesa pública média-84.734,00 – 5 projectos Renovação de aldeias - investimento médio nos projectos apresentados na região Centro, na medida 321 do Proder com ajustamento de 10%- despesa pública média-50.368,05 – 4 projectos Cadeias curtas e mercados locais- Considerou-se como investimento médio o valor máximo do regime simplificado - despesa pública média-12.500,00 – 10 projectos -FSE Considerando as indicações recebidas pela CCDR-C, e de acordo com a proposta de fundo a contratualizar, foi considerado valor do custo unitário do fundo na PI 9.6 no Programa Operacional Centro 2020 - despesa pública média - 20.000,00 – 52 projectos -FEDER Considerando as indicações recebidas pela CCDR-C e de acordo com a proposta de fundo a contratualizar: - Expansão de pequenas e microempresas existentes ou a criação de novas empresas e pequenos negócios- despesa pública média -37.500,00 – 15 projectos - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – dado o limite percentual de dotação imposto, considerou-se como investimento médio o valor máximo do regime simplificado do FEADER, com ajustamento de cerca de 19% - despesa pública média -22.282 – 2 projectos B- INDICADORES Na definição dos Indicadores, foram consideradas as metas definidas no aviso de abertura, e balizadas as médias a atingir por cada GAL. No FEADER, o processo de identificação dos indicadores apresentados originou a necessidade de se proceder à divisão do fundo a contratar para cada Eixo/ Medida proporcionalmente ao respectivo número de indicadores considerados.

## **Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)**

Promover a cooperação interterritorial e transnacional é um dos objetivos da EDL que aproveitará, desde logo, o relacionamento de especial proximidade com a DLBC RA Sul (com a qual partilha um órgão de gestão maioritariamente idêntico e alguns parceiros) e DLBC Costeira Região de Aveiro para potenciar a micro e pequena economia através da promoção de pequenos projetos de investimento.

A cooperação entre os players das diversas fileiras foi, aliás, uma das oportunidades identificadas na análise swot do território que a EDL se propõe concretizar. A ETL tem nas suas competências específicas estabelecer parcerias de cooperação entre entidades públicas e/ou privadas interessadas, necessárias à execução do plano e entre GAC e GAL nacionais e internacionais tendo sempre por base o aproveitamento dos recursos existentes, designadamente projetos já implementados.

Do trabalho de diagnóstico desenvolvido junto da comunidade, constata-se a necessidade de implementar ações que confirmem notoriedade e reconhecimento ao território e seus principais recursos e serviços por parte de grupos-alvo, no país e em mercados externos, valorizadores das suas especificidades estando a cooperação intrinsecamente ligada à comunicação do mesmo.

A estratégia de cooperação, nacional e transnacional, incidirá sobre as áreas temáticas turismo, recursos endógenos, empreendedorismo e criação de empresas, desenvolvimento local e economia social.

**Cooperação Nacional:** Fomentar-se-á o relacionamento entre GAL e GAC promovendo, nomeadamente, fóruns de reflexão e discussão essenciais para o conhecimento mútuo dos territórios, suas especificidades e estratégias de desenvolvimento sustentável. Esta interação permitirá, ainda, trocar informações sobre a operacionalização de procedimentos e harmonização do acompanhamento técnico- financeiro de projetos. Irá recorrer-se a outros GAL para participar na estratégia de avaliação externa da EDL, numa lógica de avaliação interpares. O GAL trabalhará de forma integrada com a Rede Rural Nacional, seguindo os seus princípios e orientações.

**Cooperação Europeia:** A presente EDL dedicará especial atenção à cooperação europeia no sentido de capitalizar boas práticas e colaborar para um território coeso ao nível europeu efetuando um benchmarking de casos de sucesso implementados em territórios semelhantes, de forma integrada na estratégia definida pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

**Cooperação Internacional:** Pretende-se aproveitar as redes de cooperação institucional e empresarial pré-existent, constituídas nos países da CPLP no âmbito do projecto SIGAME 3 – Cooperar e Internacionalizar na CPLP, apoiado pelo COMPETE, do qual a AIDA foi copromotora. O direcionamento para a CPLP terá a vantagem de beneficiar das afinidades históricas, culturais, linguísticas e político-administrativas.

Os projetos de cooperação irão valorizar os territórios com a partilha de experiências e boas práticas, importar conhecimento e gerar economias de escala. Nesse sentido irão criar-se redes de comercialização, rotas, realizar estudos, seminários e elaborar merchandising.

A presente EDL propõe-se, igualmente, explorar sinergias com os países da Diáspora, recorrendo aos laços de ligação existentes com os designados “empresários da diáspora” que exercem atividade nos principais destinos de emigração da população oriunda do território abrangido, designadamente: França, Alemanha, Suíça, Estados Unidos e Canadá, África do Sul, Venezuela e Brasil.

## **Modelo de Governação**

### **Modelo de Governação**

**Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

O modelo de gestão e organização segue a P392-A/2008.

Assenta numa parceria sem personalidade jurídica (19 membros) sendo a AIDA gestora com poderes administrativo-financeiros que supervisiona funcionamento e administra os fundos públicos disponíveis. Representa a parceria e elabora contabilidade separada da execução do projeto, conserva documentos relativos à execução e aceita a fiscalização dos serviços comunitários competentes/administrações que cofinanciem o GAL, em tudo o relativo à execução e utilização de subvenções.

O modelo de governação (EIXO F) é formado por Órgão de Administração (OA), Comissão de Acompanhamento (CA) e Equipa Técnica Local (ETL).

O OA terá número ímpar de membros (5/7), refletindo proporcionalmente a composição da parceria e garantindo que o conjunto de entidades públicas/qualquer grupo de interesses individuais não representa + de 49% dos votos em tomadas de decisão.

O gestor da parceria nomeará 1 representante para o OA (presidente), os demais membros serão selecionados pelos membros da parceria (1 representante único/membro) sendo a composição do OA ratificada pela CA.

Reuniões do OA convocadas pelo presidente com periodicidade mínima semestral (extraordinariamente se necessário), sendo enviada Ordem Trabalhos.

Funções do OA: Dinamizar e gerir EDL, operacionalizando as ações e obrigações fixadas no contrato de reconhecimento e financiamento do GAL, constituir ETL elegendo 1 coordenador, informar a AG da abertura de candidaturas e enviar informação sobre as demais ações a desenvolver, lançar concursos para candidaturas ao programa de financiamento, decidir, com base nos pareceres emitidos, pedidos de apoio apresentados efetuando a análise técnica, económico-financeira e estratégica das candidaturas ao programa de financiamento do GAL.

Organizará processo de validação de documentos de suporte à tomada de decisões, assegura a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento e fundos públicos, representa o GAL externamente, aprova o Manual de procedimentos proposto pela ETL, apresenta pedidos de apoio e pagamento, define critérios de seleção (conforme regulamentos de aplicação e em coerência com objetivos definidos na EDL), apresenta às AG pareceres e propostas de decisão sobre financiamento dos projetos aprovados, aprova relatórios de execução anual e final da EDL, delega competências no coordenador da ETL e demais atribuições definidas em legislação específica.

A CA terá 1 representante/parceiro elegendo na 1.ª reunião 1 Presidente e 2 secretários. Reuniões com periodicidade, mínima, semestral realizando-se extraordinariamente se necessário.

Órgão de reflexão e discussão estratégica de desenvolvimento do território, responsável pela avaliação da EDL, acompanha o trabalho efetuado pela estrutura técnica do GAL, velando pelo funcionamento da parceria e garantindo a sua participação efetiva. As suas deliberações assumem caráter consultivo.

Acompanha a atividade do GAL, ratifica a composição do OA e suas alterações, ratifica os Relatórios de Execução Técnica e Financeira periódicos do GAL, acompanha a execução física e financeira dos projetos aprovados.

A ETL (estrutura executiva) terá 1 coordenador e técnicos multidisciplinares. O funcionamento assegura a segregação de funções.

Operacionaliza atividades do GAL Ex. divulgação do programa, efetivação de concursos para candidaturas e seu processamento, acompanhamento e verificação da execução de projetos aprovados. Gerida pelo coordenador, integra 1 secretariado técnico e 1 administrativo, será ainda constituída 1 equipa específica de animação da EDL para trabalho permanente no território, garantindo investimento privado e elevada taxa de execução.

Identifica promotores e ideias de projeto, apoia potenciais promotores, elabora Manual de procedimentos do processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos pagamento, acompanhamento e execução das operações e submissão à aprovação do órgão de gestão.

Emite pareceres técnicos (admissibilidade e mérito dos pedidos de apoio), analisa pedidos de pagamento dos beneficiários, verifica a elegibilidade, controla para evitar duplicação de apoios, verifica cumprimento pelos beneficiários, procede à recolha e tratamento dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução da EDL para elaborar indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação estratégica e operacional; assegura procedimentos necessários à efetivação da avaliação contínua da EDL, relatórios de execução; estabelece parcerias de cooperação entre entidades públicas e/ou privadas para execução do plano e entre GAC e GAL (inter)nacionais; dinamiza estruturas associativas (inter)profissionais, fomenta integração entre setores, dinamiza promoção conjunta de iniciativas de valorização de recursos, coordena execução global do plano, elabora plano anual de atividades e produz relatório do trabalho desenvolvido e demais atribuições definidas em legislação/regulamentação específica.

## **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

O sucesso da EDL é indissociável do envolvimento da comunidade e sua participação nas atividades (recurso aos fundos). Será criada uma equipa específica para animação da EDL, responsável pelas atividades de acompanhamento, sob orientação do OA e supervisão da CA.

A operacionalização inclui a definição de meios, locais, calendarização de ações e necessidades logísticas, envolvendo a comunidade local.

Será criada a imagem corporativa para o projeto e desenvolvido material promocional.

Para potenciar a participação ativa dos vários agentes locais serão contactados outros GAL realizando ações comuns de promoção da qualificação dos territórios rurais, promoção de novas oportunidades de mercado e progresso do tecido económico-social; mobilizar recursos para transferência de conhecimento e resolução de problemáticas locais; promover empreendedorismo, inovação e crescimento do território e gerar valor acrescentado.

Para uma elevada taxa de execução e mobilização do investimento privado, recorrer-se-á ao apoio dos agentes mais próximos das populações realizando-se reuniões com municípios, juntas de freguesia, escolas, misericórdias, párocos, GIP, rotários e responsáveis por associações locais, aferindo as melhores práticas, informando a população sobre os fundos disponíveis, objetivos e condições, resultados, avisos de candidatura.

A equipa de “extensores” irá prestar esclarecimentos/informações in loco, realizar sessões de esclarecimento e formação, criar 1 plataforma que potencie/apoie a criação sustentada de novas empresas e um gabinete itinerante de apoio direto à população.

A disseminação terá formatos distintos consoante o território e público, exemplo, informações dadas pelo pároco, notícias em editais da igreja, divulgação em rádios locais, notícias, anúncios, suplementos temáticos em jornais locais, cartazes e outdoors, workshops temáticos dirigidos aos eixos de intervenção, seminários, participação em festas locais.

Realizar-se-ão diferentes ações, designadamente:

Montras regionais/locais

Fóruns de discussão

Atividades ao ar livre

Identificação e nomeação de “Embaixadores”

Campanhas de promoção do território e produtos locais, recursos endógenos, artesanato e ofícios tradicionais

Animação de mercados municipais

Criação da rede “quiosques”

Criação de “Hortas Urbanas”

Dinamização da Bolsa Nacional de Terras

Atividades nas escolas para sensibilizar e estimular os jovens (concursos de empreendedorismo juvenil, sessões de orientação e de capacitação)

Encontros e empresariais

Visitas de estudo a projetos de sucesso

Participação em eventos regionais e nacionais

Projetos de animação social e territorial das zonas rurais

Fomentar cooperação através de programas de geminação (trocas culturais, intercâmbio de conhecimento e experiência, colaborações da mais variada índole (aproximação e fortalecimento das relações com a CPLP e ligações com comunidades emigrantes).

Para uma comunicação eficaz e assertiva haverá forte aposta nos digital media (site, blog, e-newsletter, vídeos e redes sociais), garantindo o acesso a informação rapidamente atualizável, partilha de opiniões, publicação de conteúdos, dados informativos, projetos relevantes, divulgação de ações/atividades.

A comunicação da EDLBC prevê a produção de conteúdos informativos em diferentes suportes, atendendo à diversificação do público-alvo, e à necessidade de promover o território como destino turístico e empresarial (documentários, guias de roteiros e temáticos, agendas de eventos, mapas turísticos, desdobráveis/brochuras, newsletters, outdoors). Será complementada pelo uso dos meios internos de cada parceiro e respetivos contatos para maior abrangência comunicacional.

Pretende-se reforçar o fluxo de informação com os media locais e nacionais, revistas da especialidade divulgando a EDL, objetivos, ações, resultados obtidos e casos de sucesso, através de press-releases, artigos de opinião, convites a jornalistas e especialistas.

A operacionalização do plano de comunicação/promoção da EDL será efetuada em concertação com o plano

de comunicação dos demais instrumentos territoriais na Região.

Pretende incorporar-se a avaliação da implementação da EDL como atividade regular para a ajustar à constante evolução do contexto económico-social.

A avaliação será “ex-ante” para apreciar a adequação da estratégia ao diagnóstico efetuado e analisar a coerência interna/externa da intervenção e “ex-post” após a conclusão de cada intervenção.

Serão contratados serviços externos para avaliações anuais, que detetem possíveis desvios, falhas na implementação da EDL, permitindo aprender com as falhas e sucessos das ações.

Recorrer-se-á também ao sistema de avaliação inter pares através dos GAL vizinhos (semelhante ao implementado pelo GAL Kasvu, na Finlândia).

É objetivo da EDL implementar um sistema de informação interno para uma gestão eficaz e eficiente de todos os projetos e suas várias etapas de tramitação e controlo documental, pelo que a ETL procederá à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos às medidas, ações e execução da EDL para elaboração dos indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação estratégica e operacional, assegurando os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua e preparar relatórios de execução. Serão envolvidos neste processo líderes e atores locais institucionais, particulares e as comunidades.

A obtenção da informação, diagnóstico, avaliação e monitorização dos projetos e ações passará pelo contacto direto e envolvimento da entidade gestora do DLBC, com os agentes territoriais estando prevista:

Criação de grupos locais de discussão setorial

Realização de grupos de discussão com stakeholders locais

Reuniões comunitárias para apresentação, validação de resultados e construção de matrizes de avaliação, mobilizando facilitadores especialistas e comunidade através dos líderes comunitários e poderes institucionais.

Auscultação informal dos beneficiários nos locais, preenchimento de questionários simples e objetivos e análise do feedback obtido nas ações de animação do território.

A Auditoria Interna periódica dará informação à avaliação externa anual e do final do período de programação, permitindo controlar a tramitação dos processos.

Possibilitará verificar a existência de desvio entre ações previstas e realizadas, desvios orçamentais; funcionamento da implementação da estratégia; evolução no contexto da intervenção que venha a interferir na estratégia, pertinência e coerência dos objetivos e evolução das competências.

O objetivo é serem apresentadas conclusões e recomendações para as fases seguintes.

Do plano de avaliação serão também retiradas as informações necessárias para a direção do programa, relatórios de execução anuais de 2017 e 2019 e para assegurar a disponibilidade dos dados necessários para a avaliação do PDR.

A avaliação da EDL ficará a cargo da CA (parceiros).

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Anexo_Memória Descritiva DLBC NORTE.pdf	27/07/2015 16:59	105235873
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-082.pdf	29/09/2015 17:06	
Protocolo de parceria	Anexo_Protocolo Parceria DLBC Rural NORTE.pdf	27/07/2015 13:44	105235873
Outros	MEL-AIDA NORTE.pdf	27/07/2015 14:12	105235873
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo_Órgao Gestão e Estrutura Tecnica Local NORTE.pdf	27/07/2015 16:48	105235873
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-082.pdf	14/12/2015 17:37	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-082.pdf	27/07/2015 17:03	105235873